

## **O PROCESSO DE “INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO” DA AÇÃO POPULAR: uma experiência maoísta na Bahia (1967-1970)**

Cristiane Soares de Santana\*

Este trabalho tem como objetivo principal apontar a influência do pensamento de Mao Tsé Tung no processo de “integração na produção” realizado pela Ação Popular na Bahia entre os anos de 1967-1970. Na abordagem por nós adotada, o estudo de tal processo buscará apresentar a influência do ideário maoísta neste período da história de um antigo agrupamento da esquerda católica, então engajado no esforço de se constituir em uma organização de caráter proletário.

Antes de tratarmos especificamente sobre sua fase maoísta faz-se importante mostrar um pouco da trajetória da Ação Popular até chegarmos ao período no qual a AP foi influenciada pelo pensamento de Mao Tse Tung.

A Ação Popular nasceu em 1962, sendo formada particularmente no interior da Juventude Universitária Católica. Além dos estudantes da JUC, a fundação da organização contou com a participação de outras instituições católicas, a presença de evangélicos e estudantes independentes de esquerda. No entanto, mesmo com variadas participações na sua formação, não se pode negar que a JUC teve um papel primordial na construção da AP, a partir do movimento estudantil.

Esta organização desenvolveu um trabalho bastante significativo junto às massas operárias e camponesas antes do golpe. A Ação Popular era formada basicamente por estudantes e visava conquistar adeptos pertencentes a outros grupos sociais. Afinal, o contexto dos anos 60 foi marcado pelo ascenso de movimentos populares que exigia a ampliação das bases da AP em direção aos movimentos operário e camponês.

A AP deu início ao trabalho junto aos camponeses através das Ligas Camponesas. Porém, a organização conseguiu obter um contato maior com o mundo rural através da participação no Movimento de Educação de Base (MEB) e na Superintendência para Reforma Agrária (SUPRA), que auxiliou no processo de fundação de sindicatos rurais no interior da Bahia.

Durante os anos 60, os católicos e os organismos ligados a eles, como a Ação Popular, participaram e até mesmo criaram várias experiências de educação popular, dentre os mais significativos podemos citar o Movimento de Educação Popular baseado no método Paulo Freire, que foi desenvolvido por militantes e simpatizantes da AP em bairros populares em Salvador e o Movimento de Educação de Base (MEB), com o qual a AP realizou uma parceria promovendo um trabalho de alfabetização e conscientização política em cidades do interior da Bahia através de escolas radiofônicas.

Vale a pena ressaltar que a AP esforçou-se para criar vínculos no meio operário. Mas, a organização não encontrou no movimento operário a JEC ou a JUC que facilitaram sua inserção no movimento estudantil ou o MEB e a SUPRA que permitiram sua atuação no campo. A JOC e a Ação Católica Operária (ACO) foram entidades que em certos locais auxiliaram no crescimento da AP no meio operário, mas não na mesma intensidade que as entidades anteriormente citadas, conforme indica . (LIMA, H. e ARANTES. A.. História da ação popular: da JUC ao PC do B. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.

O golpe civil e militar de 1964 promoveu uma desarticulação das atividades da AP, principalmente, os trabalhos de educação e conscientização de camponeses através do MEB, a fundação de sindicatos e o trabalho de educação popular que foram duramente reprimidos.

Numa tentativa de lutar contra a nova ordem a ser imposta pelo golpe, as esquerdas tentaram resistir. De maneira que, militantes da Ação Popular tentaram organizar um foco de resistência em Feira de Santana com o apoio do então prefeito, Francisco Pinto, e não obtiveram sucesso.

Consumado o golpe, as perseguições políticas se iniciaram, sob a proteção do primeiro dos Atos Institucionais que seriam outorgados pelo governo, se abatendo sobre os mais ligados as movimentações políticas do período do governo Goulart tais como sindicalistas, estudantes ligados a organizações de esquerda etc. Diante dessa nova realidade, muitos militantes deixaram a organização, outros passaram à condição de clandestinos e alguns saíram do país como José Serra, Herbert José de Souza, Aldo Arantes, Alípio Freitas, Paulo Wright.

Foi a partir do movimento estudantil que a AP começou a organizar os seus trabalhos de massa após o golpe, pois era na base estudantil que estava assentada grande parte da organização. Após esse processo de reorganização, a AP deu início a um processo de reavaliação da sua postura teórica e das atividades que foram desenvolvidas até então. O resultado disso foi o início de um processo de adesão ao marxismo.

Tais transformações ideológicas ficariam explícitas através da publicação do documento *Resolução Política* (1965). Através deste, a organização assinalou para a necessi-

dade da luta armada revolucionária com nítida influência foquista. As características do foquismo são perceptíveis, pois a AP apontava neste documento que o caminho para se chegar à Revolução Socialista de Libertação Nacional, conceito eclético que revelava uma mescla de influências, seria a luta armada. Apontando como caminho para a revolução socialista a luta insurrecional, sendo a estratégia adotada pela organização a guerra de guerrilhas.

O reflexo da opção pelo foquismo fez com que a AP iniciasse uma série de ações militares. Tais como o atentado ao Aeroporto dos Guararapes em Recife, a expropriação de um banco no interior de Alagoas e a tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, com a explosão de uma bomba no Fórum Ruy Barbosa. Em depoimento a Marcelo Ridenti, Jean Marc Van Der Weid, relatou que em 1967 setores castristas da AP prepararam um plano que não se concretizou para a tomada de cidades do Maranhão a partir da organização de camponeses liderados por Manoel da Conceição. Após tais ações militares com saldos negativos, a AP iniciou a reavaliação da sua relação com Cuba, o que abriu espaço para um processo de aproximação com o maoísmo.

No entanto, podemos afirmar que essa aproximação com o maoísmo foi resultado de um processo complexo baseado em longos e intensos debates que ocorreram entre 1966 e 1968 sobre a análise da sociedade brasileira, as diferenças entre o foquismo e a guerra popular etc. Foram formadas duas alas no seio da Ação Popular “Corrente 1” e “Corrente 2”, a primeira defendendo as idéias chinesas e a segunda partidária das idéias cubanas. A disputa entre essas duas correntes pode ser acompanhada através da leitura do documento *Esboço Histórico da Corrente*, no qual percebemos o embate entre as idéias de Mao Tsé Tung e a persistência das idéias cubanas na AP.

Após tantos debates e rachas internos, a Ação Popular optou pelo maoísmo, mas ao mesmo tempo acompanhamos que a defesa de muitos aspectos da Revolução Cubana continuava a ser feita no seio da organização. Estes defensores do foquismo, com a adesão oficial do maoísmo pela AP, acabaram sendo expulsos da organização. Tal grupo era composto por Vinícius Caldeira Brant, Altino Dantas e o padre Alípio Freire, que juntamente com outros formariam o Partido Revolucionário Tiradentes (PRT) que aderiu à guerrilha urbana chegando ao fim entre 1971 – 1972 após uma série de prisões e assassinatos dos seus militantes.

#### *O maoísmo na história da Ação Popular.*

As críticas empreendidas pelos chineses as teses do XX Congresso do Partido Comunista das Republicas Socialistas Soviéticas fizeram com que a liderança de movimento comunista passou a ser desafiada pela China, que se tornou para alguns uma alternativa

revolucionária distinta da URSS a partir daquele momento. Os chineses apontavam como caminho para o poder a guerra popular prolongada, que tinha como estratégia básica o cerco das cidades a partir dos campos. Essa tática exerceu atração sob parcela da esquerda brasileira, incluindo a Ação Popular, que aderiram a esse ideal de transformação social e revolução radical, pois lhes oferecia uma proposta de uma sociedade nova que seria realizada através da emboscada na montanha, da “integração na produção”, do igualitarismo etc.

O maoísmo exerceu uma forte atração aos olhos da esquerda brasileira, por também promover críticas ao “revisonismo soviético” e apresentar suas propostas baseadas numa dada apropriação do marxismo-leninismo.

O primeiro contato da Ação Popular com os chineses ocorreu no Seminário do Estudante do Mundo Subdesenvolvido realizado em Salvador em 1963, onde os militantes da AP foram convidados para irem a China. Porém somente entre 1965 e 1966 a AP enviou militantes para a China. O primeiro foi Vinicius Caldeira Brant, que se encontrava em Paris e seguiu juntamente com uma delegação de políticos que visava iniciar relações com o Partido Comunista Chinês, segundo, Franklin Oliveira Junior. Paixão e Revolução: Capítulos sobre a história da AP. 2000. Doutorado em História, IFCH, Universidade Federal Pernambuco.

O segundo contato, que se deu em caráter oficial, ocorreu em 1966 com a ida de Aldo Arantes ao país em plena “Revolução Cultural Proletária”. O impacto dessa viagem pode ser percebido através documento escrito pelo próprio Aldo, chamado *Texto Amarelo*, no qual ele aborda questões como guerra popular, movimento camponês etc.

Somente após a segunda viagem realizada a China por uma comissão formada por José Renato Rabelo, Jair Ferreira de Sá, Ronald Freitas e José Novaes Aumond que o maoísmo foi adotado oficialmente pela Ação Popular na I Reunião da Direção Nacional em setembro de 1968, apesar de já apresentar indícios nos documentos da AP desde 1965.

Esta segunda viagem promoveu mudanças profundas na trajetória política e ideológica da organização, sendo isso refletido através do documento *Os seis pontos* (1968), o qual foi redigido por Jair Ferreira de Sá e ratificava que a influência maoísta passava a ser posta como estratégia revolucionária a ser seguida pela AP.

A partir do documento *Os seis pontos* (1968) a integração se tornou oficial na Ação Popular, a qual passou a ser definida como uma forma superior de integração na vida das massas. Além disso, através deste documento percebemos a influência da proposta maoísta sobre a Ação Popular através de alguns elementos como a definição da base teórica da organização, do caráter da revolução e da sociedade brasileira, da estratégia revolucionária a ser seguida e necessidade de mudança dos eixos de trabalho do Partido.

Em *Os seis pontos* (1968) a base teórica da organização era definida como o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Tsé Tung, sendo este definido como o maior marxista-leninista vivo e o seu pensamento avaliado como uma nova etapa do marxismo-leninismo.

No que se refere a linha geral da revolução brasileira, o quarto ponto apresentava o caráter da revolução como democrática nacional-popular, anti-imperialista e anti latifundiária, desenvolvida em duas etapas, sendo uma democrática e outra socialista em processo ininterrupto possuindo como força dirigente o proletariado e as forças principais, o campesinato e o assalariado agrícola. De modo que, o modelo da Revolução Chinesa, a AP definia o caráter da sociedade, da revolução e as forças dirigentes desse processo.

Em *Os seis pontos* (1968) notamos que a estratégia adotada no processo da Revolução Chinesa era colocada pela AP como a mesma a ser aplicada no Brasil, onde a guerra revolucionária deveria ser prolongada cercando as cidades a partir dos campos para tomá-las conjuntamente com as forças da cidade e as bases de apoio no campo.

A influência maoísta pode ser observada através da semelhança entre o processo de integração e o processo de reeducação ideológica que era colocado em prática naquele período na China, durante o auge da Revolução Cultural. O ideal de reeducação baseava-se no envio dos quadros do Partido Comunista Chinês periodicamente ao campo ou as fábricas para não perderem contato com as massas e com o trabalho produtivo. Inspirada nessa experiência, a AP colocou em prática a integração que inicialmente tinha como objetivo único a transformação ideológica dos seus quadros oriundos da pequena burguesia, os quais deveriam superar os seus limites de classe através do trabalho produtivo no campo e nas fábricas e por meio do contato com as massas.

Acreditamos que o contato cada vez maior com a teoria maoísta fez com que a Ação Popular ampliasse o objetivo da integração. Ao analisarmos a documentação da Ação Popular percebemos que a partir de 1966 a integração passaria a ser designada também como uma forma dos militantes da AP se inserirem junto aos operários e camponeses visando sua educação, organização e mobilização em prol da ampliação das bases do partido no campo e na fábrica e da articulação da guerra popular prolongada no Brasil. De tal modo, podemos afirmar que a Ação Popular inspirou-se na estratégia dos chineses durante a Revolução Chinesa. Nesse contexto, os militantes do Partido Comunista Chinês se inseriam na vida e no trabalho nas massas para tentar educá-los e mobilizá-los para a luta de libertação nacional do país.

Percebemos que o objetivo de superação dos limites de classe aparecia nos documentos como algo secundário no desencadeamento da integração sendo ressaltado como elemento facilitador da integração e não seu fator principal. De maneira que, no documento

*Integração com as massas: roteiro para uma discussão* foram colocados como aspectos fundamentais da prática o ideal de servir ao povo e se integrar na vida das massas como base objetiva para a direção da luta de classes.

As primeiras experiências da integração partiram de São Paulo e da Bahia no segundo semestre de 1967. Sua prática continuou sendo aplicada com intensidade em 1968 e 1969, começando a ser desarticulada em meados de 1970 no estado da Bahia, de acordo com os depoimentos concedidos à autora.

A Ação Popular promoveu uma verdadeira empreitada de pesquisa e preparação dos militantes para colocar em prática a integração. Foi montado um grupo formado por militantes da AP que desenvolveram uma pesquisa que recebeu o nome de PAE (Pesquisa de Áreas Estratégicas) para a escolha das chamadas bases de apoio, também chamadas de áreas prioritárias ou bases estratégicas, para que os militantes colocassem em prática a integração junto às massas. Durante o processo de libertação nacional, os chineses se baseavam em determinados critérios econômicos, sociais, políticos e geográficos para a escolha das bases de apoio no campo durante a luta contra o Kuomintang. Tais critérios também foram utilizados pela AP na escolha das bases de apoio para a preparação da guerra popular prolongada no Brasil.

Contar con fuerzas armadas antijaponezas, emplearlas para infligir derrotas al enemigo y, con ayuda de ellas, moviliza a las masas populares. Así, el establecimiento de bases de apoyo es, antes que nada, el problema de organizar fuerzas armadas. Quienes dirigen la guerra de guerrillas deben dedicar todas sus energias a formar una o mas unidades guerrilleras y, en el transcurso de la lucha, convertirlas gradualmente em cuerpos guerrilleros e incluso em unidades y agrupaciones regulares. Organizar fuerzas armadas es la clave para la creacion de bases de apoyo. Sin fuerzas armadas o com fuerzas armadas mui débiles, nada puede hacerse. Esta es la primera condición. La segunda condición indispensable para esabelecer una base de apoyo consiste em infligir derrotas el enemigo empleando las fuerzas armadas y com el apoyo de las masas populares. (...) La tercera condicion indispensable para establecer una base de apoyo consiste em dedicar todos nuestros esfuerzos, incluidos los de las fuerzas armadas, a movilizar las masas en la lucha contra el Japón. En el curso de esta lucha debemos armar al pueblo, es decir, organizar cuerpos de autodefensa y guerrillas. En el curso de esta lucha hay que crear organizaciones de masas, reunir a los obreros, campesinos, jóvenes, mujeres, niños, comerciantes y profesionales na medida que crezcan su grado conciencia política y entusiasmo combativo. (TSÉ TUNG, M. Problemas estratégicos de la guerra de guerrillas contra el japón (1938) in: \_\_\_\_\_. Obras escogidas de Mao Tsetung. Obra traducida. Peru, Fondo de Cultura Popular, 1952, v.II, pp. 96-97).

Após a realização dessa pesquisa, a Ação Popular escolheu como bases de apoio no campo no Estado da Bahia as cidades de foram Panelinha, Camacã, Eunápolis, Itabuna, Ilhéus e algumas cidades Chapada Diamantina para o envio dos militantes.

Com as bases de apoio selecionadas, os militantes eram inseridos no trabalho e começavam a participar da vida e dos problemas sociais e econômicos das massas. Partindo dessas questões concretas iniciaram um trabalho de conscientização política das massas, visando mostrar aos camponeses a dominação ideológica e a exploração econômica, as quais estavam submetidos e as formas como eles poderiam lutar contra os opressores.

Para a realização desse papel de educador político, a AP preparava sua militância através de um programa de estudos permanente e bem estruturado, no qual se incluíam textos de Marx, Lênin, Mao Tsé Tung, textos que narrassem a experiência dos militantes, documentos gerais da Ação Popular e de outras organizações etc. Além dessa preparação teórica para a integração, militantes da AP, como Jair Ferreira e Manuel da Conceição, chegaram a realizar um curso de capacitação política e militar na Academia Militar de Nanquim na China.

Da mesma forma que na China, a AP não se restringiu ao trabalho de integração ao campo, pois a ação do Partido não deveria se centralizar no campo. O trabalho nas cidades não deveria ser abandonado, já que a ação do operariado serviria de apoio a ação dos camponeses nas bases rurais. A integração da militância da AP não se limitou ao campo, pois foi possível registrar a prática dessa mesma linha de trabalho político nas áreas urbanas por meio da ida dos seus militantes as fábricas vistas como prioritárias nas cidades de Salvador e Candeias.

Dentro do cenário fabril, existiam também as categorias tidas como prioritárias, nas quais a militância deveria buscar emprego para iniciar um trabalho político. Essas categorias eram a metalúrgica, a têxtil, os trabalhadores da indústria de alimentação, portuários e químicos. (AÇÃO POPULAR: AUDÁCIA NOS OBJETIVOS E RIGOR NOS MÉTODOS, 1969 )

Com base nas entrevistas realizadas com x- integrados a produção na fábrica foi possível perceber que na Bahia a militância da AP tentou se inserir nessas categorias vistas como prioritárias para o trabalho, já que a ex- integrada à produção Maria Lúcia de Souza<sup>2</sup> atuou na área têxtil na Nordisa. Enquanto que, Eliana Rollemberg tentou se inserir no ramo da indústria e foi “(...) trabalhar numa região mais ligada ao petróleo, Candeias, aqui na Bahia era uma cidade dormitório dos trabalhadores da Petrobrás, do petróleo. Então se discutia muito com os sindicatos, todo um engajamento nessa parte mais de sindicalismo urbano. (...)”. Já, Benjamim Ferreira, que atuou nas indústrias de óleos vegetais e metalúrgicas como a Sessel, a Reseguer e a Bosh.

Seguindo a mesma linha de trabalho realizada no campo, os militantes integrados à fábrica começariam a analisar questões como o agravamento das condições de vida e de trabalho; o crescente desemprego; a repressão da ditadura contra os operários; etc.

Juntamente com essas questões, o nível de consciência dos operários perante esses problemas vinculados à sua realidade social, econômica e política deveria ser observado. Com conhecimento dos problemas sofridos pelos trabalhadores, os militantes poderiam se aproximar deles e descobrir novos companheiros que pudessem ampliar as fileiras do partido. A militância da AP utilizou da mesma prática que os chineses, os quais buscavam conhecer os problemas reais das massas para serem organizadores destas e através disso reuni-la em torno dos PCCh.

Os três entrevistados nos forneceram pistas importantes a respeito das fábricas prioritárias em Salvador. Isso nos permitiu mapear as áreas onde os integrados atuaram assim como os bairros ou até regiões de concentração operária como Paripe; o Centro Industrial de Aratu, em Simões Filho e a Refinaria Landulpho Alves, em São Francisco do Conde, nos quais os militantes se fixaram visando realizar um trabalho de educação política.

Vivendo, comendo e trabalhando como as massas operárias e camponesas, os integrados à produção acreditavam que dessa forma conseguiriam se inserir na luta das massas para que fossem criadas raízes sólidas do partido através do recrutamento dos militantes de origem camponesa e operária para a Ação Popular visando o desencadeamento da guerra popular prolongada no Brasil

Muitos historiadores que abordaram a trajetória da Ação Popular estabeleceram uma analogia entre o passado católico da organização e o processo de integração devido à idéia de serviço, igualitarismo, “viver com as massas” e dar fim aos “vícios pequeno-burgueses” da sua militância através do trabalho produtivo no campo e na fábrica que esta prática possuía. Com base nisso, afirmavam que a integração era inspirada na experiência dos padres operários, os quais se inseriam na vida e no trabalho das massas com objetivos de evangelizá-los e afastá-los do comunismo. Logo, percebemos que a vinculação com as massas proposta pela AP e pelos padres possuía objetivos distintos, já que a AP visava à transformação da realidade sócio econômica dos operários e camponeses.

Através da documentação pesquisada juntamente com os depoimentos orais foi possível comprovar que a escolha do maoísmo como estratégia revolucionária implicou grandes mudanças na organização. Logo que, através de nossa pesquisa pudemos encontrar a reprodução de inúmeros textos de Mao Tsé Tung e até mesmo sua presença em coletâneas de textos que faziam parte de uma série voltada para a preparação política dos militantes chamada *Textos para debate*. Através disso, podemos perceber que o maoísmo estava presente desde as leituras até o desencadeamento das ações estratégicas da AP para a preparação da guerra popular no Brasil através integração dos seus quadros na produção.

Esta pesquisa visa demonstrar que a influência do maoísmo não se deu somente pela semelhança entre os ideais exportados pela “Revolução Cultural Proletária” e a doutrina



cristã. Não queremos esquecer as origens cristãs da Ação Popular, nem muito menos negar que aspectos do maoísmo tais como a ligação com as massas e o igualitarismo também se aproximam de idéias pregadas pelo cristianismo. Porém, nossa intenção é demonstrar que a presença do maoísmo na articulação da integração foi muito mais do que um encontro entre o cristianismo e o maoísmo, dando assim ao pensamento de Mao Tsé Tung o seu lugar na história da Ação Popular.

*Recebido em maio/2009.*

*Nota*

\*Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia, com a dissertação *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*, 2008. Orientada pelo Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Muniz Ferreira. E-mail: [crysthianesantana@yahoo.com.br](mailto:crysthianesantana@yahoo.com.br)